ENCONTROS, CRUZAMENTOS E EMARANHADOS: CIVILIZAÇÕES E CULTURAS DA HISTÓRIA COMPARADA À *ENTANGLED HISTORY*

Jurandir Malerba[1]

RESUMO

Este artigo aborda conceitos e métodos, como capitalismo, civilização, cultura; comparação e hibridismo. Não se fala só de teoria e método *per se*, mas pensa teoria(s) e método(s) em ação. São importantes, sim, fundamentais, referenciais, mas são meio e não fim da pesquisa histórica. A intenção é provocar essa reflexão antepondo teoria e prática, a partir de um "estudo de caso", que ajudará a nos libertar de certas camisas de força que muita vez reveste a prática historiadora.

Palavras-chaves: Civilização; Culturas; História Comparada; Brasil Monárquico.

ABSTRACT

This article approaches concepts and methods such as capitalism, civilization, culture; comparison and hybridity. One does not speak only of theory and method per se, but thinks theory (s) and method (s) in action. They are important, yes, fundamental, referential, but they are the means and not the end of historical research. The intention is to provoke this reflection by putting theory and practice on the basis of a "case study", which will help to free us from certain straitjackets that are very much in line with the historian practice.

Keywords: Civilization; Cultures; Comparative History; Brazil Monarchical.

RECEBIDO: 31 de outubro de 2016.

AVALIADO: 04 de julho de 2017

[1] Professor Titular Livre da UFRGS; pesquisador do CNPq.

Nos primeiros anos do século XIX, o furor pós-revolucionário mantinha a Europa em verdadeiro pé de guerra. Pressionado pelas duas grandes potências da época, França e Inglaterra, que cobravam lealdade a peso de ouro, o então regente de Portugal, príncipe dom João, foi forçado a se transferir com sua real família e corte para sua pródiga colônia americana onde chegou em Janeiro de 1808.[2] Esse acontecimento foi decisivo na definição do modo como se desenrolaria a emancipação política do Brasil - e esse tema, a independência, será retomado no final do texto.

Subitamente o Rio de Janeiro se tornou a sede de todo o vasto Império lusitano, fato de que se ressentiram profundamente os patrícios que ficaram em Portugal. Dom João chegou a terras brasileiras acompanhado de umas quinze mil pessoas[3], entre burocratas, áulicos, diplomatas e – nas palavras de Oliveira Viana - uma "chusma de parasitas" que compunham sua Corte.

Quando desembarcou nos trapiches do Rio de Janeiro, é bem provável que dom João jamais tivesse desejado tê-lo feito. Sua rotina em Lisboa era tranquila, tudo funcionava relativamente bem, de modo a permitir ao príncipe gastar muito de seu tempo com seus passatempos preferidos: missas, teatro, música, saraus, banquetes. Mas quis o destino que o vendaval napoleônico fizesse inflar as velas de sua armada para desembarcar no Rio de Janeiro a família real, cercada de seus principais títulos. Conta-se que a realeza chegou às nossas praias em estado de quase indigência, "destituídos de tudo, exceto a honra".[4]

Num primeiro momento os brasileiros ficaram maravilhados com a presença da corte, recebendo aos estrangeiros com a maior boa vontade, oferecendo espontaneamente seu dinheiro, casas e conforto em socorro dos distintos adventícios.[5] À diligente elite econômica fluminense coube socorrer os cofres públicos nas urgências com a instalação e manutenção da máquina administrativa e da *entourage* que chegou com o soberano. E o rei não fora insensível a tanta generosidade. Encontraram-se ali duas configurações sociais muito distintas: uma nobreza europeia tradicional, acompanhada de burocratas e criados, e as classes superiores fluminenses, homens de negócio, traficantes, comerciantes de grosso trato, sem lastro aristocrático, mas de largo lastro financeiro.

Nenhuma região brasileira sentiu com maior intensidade a chegada da família real do que o próprio Rio de Janeiro, sede do Vice-reino desde 1763, escolhida para ser a capital provisória do Império luso-brasileiro. Para se ter uma ideia, a população cresceu de sessenta mil habitantes

---

[2] O preambulo sobre o período joanino se baseia todo na pesquisa que resultou em minha tese de doutorado, publicada como *A corte no exílio; civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência*. São Paulo: companhia das Letras, 2000.
[3] Sobre esses polêmicos números ver Malerba, J. Sobre o tamanho da comitiva. *Acervo* (Arquivo Nacional do Rio de Janeiro). , v.21, p.47 - 62, 2008.
[4] LIMA, Manuel de Oliveira. *D. João VI no Brasil (1808-1821).* 2ª ed. Rio de Janeiro, José Olímpio, 1945. V, 1, p. 5.
[5] Também Malerba, J. Vida dura em casa nova. *Revista de História* (Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro). , v.28, p.37 - 40, 2008.

em 1808 para cento e doze mil em 1821, quando a família real regressou a Portugal (daqueles 60 mil, ¾ eram pretos e mestiços, a metade escravos!).

Durante os treze anos de permanência da real família no Brasil, assiste-se a uma grande transformação nos hábitos dos residentes fluminenses devido ao contato com os adventícios de toda proveniência – não apenas os cortesãos portugueses, mas comerciantes, viajantes, naturalistas, artistas, modistas de inúmeras nações, especialmente europeias. A vida cultural se intensificou. Lilia Schwarcz mostrou como foi longa a viagem da biblioteca do Rei, até instalar-se junto com a Imprensa Régia no RJ em 1810.[6] Em 1811 desembarcaram maestro, cantores, músicos, atores e bailarinos, para deleite do príncipe e da real família. Em 1813 inaugurava-se o Real Teatro de São João, com acomodação para mil e vinte pessoas na plateia, e mais cento e doze camarotes. Começam a circular então os primeiros jornais, como a *Gazeta do Rio de Janeiro,* em 1808, e *O Patriota*, em 1813. Isabel Lustosa mostrou como eram muitos e virulentos os insultos impressos circulantes na corte.[7] Inúmeros famosos modistas franceses e ingleses instalaram suas lojas à rua do Ouvidor e adjacências. A moda passou a ser acompanhada em detalhe pelos moradores da capital.

Várias festividades alteraram pomposamente a rotina da cidade, como a coroação de Dom João VI, a 6 de fevereiro de 1818 e o casamento de D. Pedro no mesmo ano. Naturalistas e artistas europeus puderam, finalmente, por causa da abertura dos portos, partir para a exploração do inóspito território brasileiro, chegando às centenas em expedições geralmente custeadas pôr seus países de origem. Somente entre 1808 e 1831 passaram pelo Brasil nomes como os ingleses Henry Koster, John Luccok, Alexander Cladclough, os exploradores alemães Sellow e Freyreiss, o francês Saint-Hilaire, os autríacos (com o apoio da princesa D. Leopoldina) Von Spix e Von Martius, Emmanuel Pohl, Langsdorff e os membros da missão artística francesa Grandjean de Montigny, Debret e Taunay, além dos pintores Tomas Ender e Johan Mauritz Rugendas, que legaram um verdadeiro monumento artístico e etnográfico desse Brasil de antanho.

Eu não vou me referir por ora à importância da vinda da corte e do Estado português para a História política do Brasil (e de Portugal), mas centrar o foco no aspecto, digamos, civilizacional do processo. [8]

Nesse sentido, fato é que a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro em 1807/8 produziu o efeito de uma verdadeira revolução no que respeita às formas de ser, nos

---

[6] Schwarcz, Lilia. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil*. (com Paulo Cezar Azevedo). São Paulo: Companhia das Letras, 2002, Também seu Pagando Caro E Correndo Atrás Do Prejuízo, In: Malerba, J. (org.) *A independência brasileira- novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

[7] Lustosa, Isabel. *Insultos impressos. A guerra dos jornalistas na Independência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. Lustosa, I. Também, seu Insultos impressos – o nascimento da imprensa no Brasil, Malerba, J. (org.) *A independência brasileira- novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

[8] Cf. Malerba, J. “The New Stile: Etiquette during the Exile of the Portuguese Court in Rio de Janeiro (1808-1821)” In: *Norbert Elias and Empirical Research*. Tatiana Savoia Landini & François Depelteau (ed.) New York : Palgrave MacMillan, 2014, v.1, p. 125-160.

hábitos e padrões de sociabilidade de adventícios e residentes na capital do vice-reino. Nenhuma dessas duas configurações sociais envolvidas (a sociedade de corte migrada e a população fluminense), jamais seria a mesma. Os cortesãos expatriados, homens e mulheres de alto coturno, tinham na etiqueta de corte e nas tradições nobiliárquicas suas principais referências de identidade como grupo – e procuraram zelosamente impor a distância vertical que os separava daquela gente rude, de pele crestada, como os viajantes descreviam os grandes da terra. Aquela gente, por sua vez, contra todos os rigores e constrangimentos, respondendo prontamente aos apelos do príncipe regente, dispuseram de sua fortuna, apresentaram-se nos circuitos internos da corte e alteraram suas formas de estar no mundo para fazerem-se aceitos nos circuitos próximos ao trono.[9]

Para falar em transformação dos costumes, nada melhor que observar a ambientação da corte propriamente dita, o círculo mais restrito compreendido pela família real e pelo exército de criados particulares. A corte portuguesa se destacava por suas excentricidades em relação às demais casas dinásticas da Europa, às quais historicamente esteve sempre tão ligada. Não era definitivamente Versailles, Buckingham ou o Augarten de Viena. Séculos de presença moura, em contato estreito com vagas de mercadores de todo o mundo, uma vizinhança íntima com a África, tanto a muçulmana como a negra, aproximavam-na mais do Escorial, resguardando ainda suas peculiaridades. Nenhuma nação europeia havia ido tão longe quanto Portugal. Fora às Índias orientais, à China e Oceania e ainda hoje é possível encontrar sinais dessa epopeia pelo mundo afora. Assim se forjou um feitio muito peculiar, cujos traços se alteraram ainda mais quando transportado para terras americanas.

A casa real, transportada para o Rio de Janeiro, se destacou pela simplicidade com que viveu – além dos escândalos e conflitos em que se envolveu.[10] Foram duas as suas principais acomodações. A Quinta da Boa Vista foi um presente feito ao príncipe regente pelo comerciante Elias Antônio Lopes logo no desembarque da família real. Elevada a residência real, não convencia aqui os observadores mais exigentes, como o inglês John Luccock, que considerou o palacete “acanhado e pretensioso, mal construído e pessimamente mobiliado”[11], ressalvando os jardins, que, mesmo precários, se destacavam numa paisagem onde só havia pântanos e matas até bem pouco tempo antes.

[9] Cf. Malerba, J. O novo nobre. In *A corte no exílio*. Também PRADO, J. F. de Almeida. *D. João VI e o início da classe dirigente no Brasil. Depoimento de um pintor austríaco no rio de Janeiro.* São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1968 e LIMA, Manuel de Oliveira. *D. João VI no Brasil (1808-1821).*

[10] Cf. também Malerba, J. “Duas Histórias do Brasil de D. João”. Rio de Janeiro, *Revista Brasileira – Revista da Academia Brasileira de Letras*, v.57, p.105 - 122, 2008 e 2007 “Vida Dura em casa nova”. Rio de Janeiro, *Revista de História da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, v.28, p.37 – 40.

[11] LUCCOCK, John, *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Trad. Milton de S. Rodrigues. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Edusp, 1975, p. 65;

O Paço Imperial, antiga sede do vice-reino no centro da cidade, era absolutamente desprezível enquanto habitação real. O alemão Ernst Ebel (1824) descreveu-o como não passando de "[...] um casarão sem nenhum mérito arquitetônico"[12].

A vida que pulsava no paço deixa-se revelar pelos documentos da mordomia-mor. Ao longo dos trezes anos em que por aqui permaneceu a corte, foram constantes as demissões dos moços que serviam ao rei, motivadas por mau comportamento. Um ofício de setembro de 1814, do visconde de Vila Nova da Rainha ao marquês de Aguiar, secretário de Estado dos negócios do reino, participa o mordomo do príncipe regente de substituições no serviço, motivadas por mau comportamento da criadagem que servia ao monarca nos serviços mais rudimentares. O dedicado visconde anexava ao documento uma relação dos moços demitidos e contratados e as respectivas datas. Interessante pensar que o rei era servido diretamente por "serventes pretos": Manuel Francisco, Caetano José, Manuel Ribeiro, João Luiz, João Moçambique. Mencionava os serventes pretos, com os dias de seus vencimentos, para que se os metessem em folha de pagamento; e alertava para as repetidas faltas que cometiam os moços da porta e da água, serventes e varredeiras, sugerindo mandar assentar folha de ponto.[13]

Um ano depois, o mesmo Visconde denunciava e reclamava ao mesmo Aguiar dos comportamentos dolosos dos moços da real mantearia. Os moços do serviço andaram arrochando as despensas reais. Os ofícios do diligente visconde envidavam esforços no sentido de "evitar procedimentos dolosos, e de má fé, praticados por alguns dos Empregados da Real Mantearia", denunciando os atos de vandalismo, "...tanto de roubos, como de insubordinação em que estão muitos dos empregados dela, fazendo o que querem;(...) tanto pelo uso, e consumo diário, como pelos furtos que lhe fazem, e que apesar de todas as providências se não podem evitar."[14]

São memoráveis as narrações de como a família real brincava o entrudo junto com a criadagem, os relatos do beija-mão real, quando os súditos se enfileiravam para pedir as mais diversas mercês ao rei, as notícias do casamentos de D. Pedro e D. Leopoldina e o desembarque desta na praia dos mineiros, a procissão barulhenta sobre arcos triunfais improvisados até a catedral na rua Direita, a morte de D. Maria I, quando o chefe de polícia enviou um ofício ao rei do Congo, pedindo-lhe para conter os negros durante os serviços do funeral; a Aclamação de D. João a rei de Portugal, Brasil e Algarves, a frequentação do teatro de São João e muitos outros episódios do cotidiano fluminense durante a estadia da corte.

* * *

12 EBEL, Ernst. *O Rio de Janeiro e seus arredores em 1824.* Trad. Joaquim de S. Leão Fº. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1972, *passim.*

13 ANRJ - C.R.I., Cx 1, Pac. 8, doc. 170.

14 ANRJ, C.R.I, Cx. 1, pac. 9, doc 185; Cx. 3 Pac 2 doc 178.

Eu poderia seguir contando causos e causos ilustrativos do grande fenômeno de transformação civilizacional operado naqueles atores que experimentaram o contato abrupto, ali no primeiro quartel do século XIX – e que, diga-se de passagem, foi decisivo para o desenrolar de toda história do Brasil independente. Sim, pois que após a queda de Napoleão e o congresso de Viena, os portugueses que haviam ficado no velho reino começaram a reclamar de sua condição de orfandade. O movimento culminou na chamada Revolução do Porto, que logo incendiou Lisboa. Seus protagonistas, sob inspiração dos novos ventos liberais, passaram a reclamar não só o regresso do rei, como o juramento de uma constituição. D. João relutou como pode, mas viu-se obrigado a atender o chamado dos revoltosos. Foi-se de volta ao reino em 1821, mas deixou em seu lugar seu primogênito, D. Pedro. No ano seguinte, todos sabemos, após os episódios da reunião das cortes portuguesas em Lisboa, acontece a separação de Portugal e Brasil. Diferentemente da América espanhola, que se fragmentou em dezenove países diferentes, que em sua maioria aboliram o trabalho escravo e tornaram-se repúblicas, o Brasil se independeu da velha metrópole mantendo a unidade do território, perseverando no trabalho escravo e mantendo na cabeça do Estado um herdeiro da casa de Bragança.

A propósito, a historiografia é pródiga no número de autores que sustentam que a independência do Brasil representou uma alternativa conservadora aos desafios republicanos colocados à monarquia, determinantes para os processos de independência da América do Norte, das nações da América hispânica e da Revolução francesa, no contexto da era das revoluções. Ora, mas conservadora em relação a quê? Aqui nós devemos suspender por um momento a narrativa histórica e para começar a falar de método. Em um texto interessante chamado “Independências Americanas na Era das Revoluções: Conexões, contextos, comparações”, o historiador inglês Anthony McFarlane começa da seguinte forma:

> Quando em 1822 o Brasil tornou-se independente, ele se juntava ao crescente número de colônias americanas que haviam rompido com seus respectivos poderes metropolitanos e se transformado em países autônomos. A secessão de Brasil frente a Portugal deu-se de maneiras diversas daquelas levadas a cabo por suas contrapartidas da América hispânica, em seus processos de ruptura com a metrópole espanhola. A independência destas foi em regra a culminação de batalhas armadas prolongadas que desaguaram na fundação de repúblicas, enquanto que o Brasil passou por uma transformação relativamente curta e pacífica, tornando-se um reino independente. [15]

Ora, temos aqui um evento histórico plural, multifacetado, que são os processos de independência na América Latina. No contexto das revoluções liberais deflagradas pela independência dos Estados Unidos e da Revolução Francesa, a culminação da crise do Antigo

[15] In: MALERBA, J. *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

Regime coincide com a separação das antigas colônias americanas de suas respectivas metrópoles. Isso torna possível aos historiadores, como McFarlane, estabelecer "Conexões, contextos, comparações". É possível a um investigador, como ensinava e praticava Marc Bloch, *"Comparar* – aproximar duas ou mais coisas para determinar seus pontos de semelhança e de dissemelhança".[16]Definição clássica que foi recentemente reiterada por outro mestre da comparação, Jürgen Kocka: "(...) comparar em história significa discutir sistematicamente dois ou mais fenômenos históricos com respeito a suas semelhanças e diferenças, no sentido de alcançar certos objetivos intelectuais."[17]

Pode-se mesmo dizer que livros como *Os reis taumaturgos, A sociedade feudal, Les caracteres originaux de l'histoire rurale française* e *Seigneurie française et manoir anglais* testemunham a mesma exigência: a comparação está no coração da concepção de história de Bloch, que não pode alcançar sua meta senão superando a descrição de situações particulares para identificar, entre elas, semelhanças e diferenças, convergências e divergências, relações e regularidades.[18] Bloch foi o historiador que colocou a comparação como um instrumento técnico, de uso corrente, manejável e suscetível a resultados satisfatórios para os todos os historiadores. O método se sofisticou desde Bloch.

Hoje alguns sustentam que apenas o intercâmbio histórico real (a "transferência cultural" ou *histoire croisée*) é o domínio próprio do estudo comparativo (como propõem os estudos de Benedicte Zimmermann, Michaël Werner e Michel Espagne[19]). Outros sustentam que basta testar um conceito ante uma realidade histórica para se estar dentro de uma rubrica comparatista. A historiadora Nancy Green oferece uma definição ao mesmo tempo mais estreita e mais ampla. Não se tem que "encontrar" comparação em encontros culturais para se "aplicar" o método comparativo heuristicamente a dois ou mais períodos, lugares ou objetos. As questões que realmente interessam são: porque e como? Porque devemos nos interessar pelo método comparativo e como podemos emprega-lo?[20]

Como demonstra Green, uma das grandes dificuldades em se definir o método comparativo tem a ver com a palavra "comparar" e seu uso. Etimologicamente, o verbo comparar significa emparelhar coisas, onde a palavra "contraste" enfatiza a diferença. Contudo, em muitos

---

16 BLOCH, Marc. Comparação. In: *História e historiadores.* Lisboa: Teorema, s/d., p. 111. Idem.. "Pour une histoire compare des societies européenes" (Revue de Sinthèse, 1928); "Comparasion", (Revue de Sinthèse, 1930)

17 KOCKA, Jürgen. Comparison and beyond. *History and theory*. V. 42, 2003, p. 39-44.

18 AYMARD, Maurice. ¿Que historia comparada, hoy? In: Bonaudo ET alii (org.) *Las escalas de la historia comparada*. In: BONAUDO, Marta, REGUERA, Andrea y ZEBERIO, Blanca (coords.), *Las escalas de la historia comparada. Dinámicas sociales, poderes políticos y sistemas jurídicos*, Buenos Aires, Miño y Dávila Editores, 2008, Tomo I, 2008, pp. 13-25. Também BRAEMBUSSCHE, A.A. van den Historical explanation and comparative method: towards a theory of the history of society. *History and Theory*, v. 28, n. 1, p. 1-24, 1989.

19 Cf. Zimmermann, Benedicte; Didry, Claude; Wagner, Peter. *Le travail et la nation. Histoire croisée de la France et de l'Allemagne*, Paris, Ed. Maison des Sciences de l'Homme, 1999, 402 p. (traduction allemande 2000; Zimmermann, Benedicte; Werner, Michel. Beyond comparison: Histoire croisée and the challenge of reflexivity », *History and Theory*, 45 (1), 2006, pp. 30-50; Zimmermann, B.; Werner, M. *De la comparaison à l'histoire croisée*, (éd. avec Michael Werner), Paris, Seuil, 2004 (Le genre humain); Espagne, Michel *Les transferts culturels franco-allemands*. PUF, Paris 1999.

20 Nancy Green. Forms of comparison. COHEN, Debora, O'CONNOR, Maura. *Comparison and history. Europe in cross-national perspective.* Routeledge, 2004, p. 41 ss.

dicionários, se a primeira definição de comparar é “representar como similar: assemelhado”, a segunda definição abre o escopo: “examinar o caráter ou qualidades de; descobrir as semelhanças e diferenças”. Similaridade e diferença se diluem no conceito “comparar”.

Um debate sobre o método comparativo que se intensificou na França e na Alemanha gira em torno justamente da questão do propósito da comparação: buscar semelhanças ou diferenças. Os autores citados Michel Espagne, Michäel Werner e Bénédicte Zimmermann rejeitam a comparação *per se* como um modo de entendimento das relações franco-germânicas, advertindo que a comparação pode reificar diferenças. Talvez eles suponham (não de forma implausível), que a comparação das diferenças entre França e Alemanha (tais como vistas da França) podem criar uma hierarquia crítica da Alemanha, contaminada pela experiência da II Guerra. Porém, outros historiadores, como Jürgen Kocka ou Heinz-Gerhard Haupt, argumentaram a favor de um método comparativo mais interessado nas similaridades. Dependendo da ênfase, a comparação pode de fato enfatizar tanto a similaridade quanto a diferença.[21]

Kocka responde às questões levantadas por Green e outros autores: Quais são, metodologicamente falando, os propósitos e funções da comparação na pesquisa e na escrita históricas? Kocka distingue quatro propósitos: heurísticos, descritivos, analíticos e paradigmáticos. Segundo Kocka, são as inúmeras vantagens da história comparada, de qualquer dessas perspectivas ou propósitos. Então, porque tão poucos a praticam?

Para Kocka, há muitas razões práticas, assim como culturais e nacionais que incidem no modo como a história vem sendo praticada ao longo dos séculos. De modo geral, como disciplina de massa, a história surgiu muito recentemente, em íntima conexão com o surgimento dos estados nacionais, pelo menos no Ocidente. Hanz-Gerhart Haupt mostra como a história é uma retardatária, em comparação com outras disciplinas, como a literatura comparada, o direito comparado ou a ciência comparada da religião. As outras disciplinas comparativas surgiram e se expandiram no século XIX, e hoje tem seu lugar assegurado no cânone da literatura, do direito e das ciências das religiões. Mas foi apenas a partir da catástrofe da I Guerra Mundial que os historiadores perceberam que a história escrita em um quadro nacional tinha que ser superada. [22]

Kocka indica três razões metodológicas graves que tornam a comparação difícil, três características que geram uma tensão entre a abordagem comparativa e a tradição clássica da história como disciplina.

[21] Haupt, Heinz-Gerhard; Kocka, Jürgen. Comparison and beyond: Traditions, Scope, and Perspectives of Comparative History. In: Haupt, Heinz-Gerhard; Kocka, Jürgen (ed.). *comparative and Transnational history.* Central European Approaches and New Perspectives. New York/ Oxford: Berghahn Books, 2009, p. 1-32.
[22] HAUPT, Heinz-Gerhard. Comparative history - a contested method (Building on the past, online papers, 2007.

a. Quanto mais casos inclui um estudo comparativo, mais dependente ele se torna de literatura de segunda mão, e mais difícil se torna se aproximar das fontes e lê-las na língua original. Porém, proximidade às fontes e domínio de sua linguagem desenvolveram-se como princípios fundamentais da histórica como disciplina acadêmica, desde que ela surgiu no final do século XVIII, e por boas razões.
b. A abordagem comparativa pressupõe que as unidades de comparação possam ser separadas umas das outras. Não é nem a continuidade entre dois fenômenos nem sua influência recíproca o que os constitui como casos para comparação. Antes, elas são vistas como casos independentes que são postos lado a lado analiticamente por meio do levantamento de similaridades e diferenças entre eles. Em outras palavras, a comparação quebra continuidades, corta ligações, e interrompe o fluxo da narração. Mas a reconstrução de continuidades, a ênfase na interdependência assim como as formas narrativas de apresentação são elementos clássicos da histórica como ciência.
c. Em terceiro lugar, por fim, não se pode comparar totalidades, no sentido de individualidades totalmente desenvolvidas. Antes, comparam-se certos elementos. É preciso se decidir com respeito a quais pontos de vistas, questões, interesses de investigação quer-se comparar dois ou mais casos. Quantos mais casos se inclui, mais importante se torna essa decisão seletiva sobre perspectivas, questões e problemas com respeito ao que se compara. Em outras palavras, comparação implica seleção, abstração e descontextualização em algum grau.

Essas são questões metodológicas, digamos, tradicionais, mas recentemente se colocaram novas reservas. Ao lado desses senões mais clássicos, surgiram outros, mormente entre as novas gerações. Após o fim do conflito Leste-Oeste, da Guerra Fria, por volta dos anos 1990, tanto o processo acelerado de internacionalização como os debates renovados sobre globalização começaram a mudar o modo como os historiadores definem questões históricas e exploram problemas históricos. Como consequência, surgiu uma nova ênfase nas chamadas “entangled histories”, nas “Histoire croisée”, na *Verflechtungsgeschichte* [a história entrelaçada], modalidades que se encontram em alguma tensão com os princípios básicos da história comparativa.[23]

Como demonstra o mestre Georg Iggers, “Uma clara mudança desde o fim da Guerra Fria consiste na crescente atenção na história global e universal”[24], de que são expoentes os empreendimentos de William H. McNeil e Jerry Bentley. O “Journal of World History”, não por coincidência fundado em 1990 por Jerry Bentley, tornou-se o órgão internacional mais importante da nova história universal:

> Seu objetivo declarado, diz Iggers, publicado na primeira página de cada edição, era um entendimento da história “a partir de uma perspectiva global”, com os seguintes temas de concentração: “Migrações populacionais e flutuações econômicas em grande abrangência; transferências supra-culturais de tecnologia, a disseminação de doenças contagiosas; comércio de longa distância assim como a divulgação de tendências religiosas, ideias e ideais.[25]

[23] Anthony Hopkins. *Globalization in world History.* Oxford, 2002.
[24] IGGERS Desafios do século XXI à historiografia, *História da historiografia*, Ouro Preto, n.04, 2010, p. 105-124
[25] Idem, p. 113.

Hoje já há muito interesse em abordagens históricas transnacionais. As correntes de World history e da Global History são casos em questão. Abordagens comparativas, comparações internacionais e interculturais são um modo de se perceber esse compromisso transnacional. Há outros modos, por exemplo, estudos e interpretações que usam as teorias pós-coloniais.[26] De acordo com essa perspectiva, se está muito menos interessado em similaridades e diferenças entre, digamos, a Europa e o Mundo Árabe, do que nos processos de influência mútua, de percepções recíprocas e assimétricas, em processos entrelaçados de constituição um do outro. A história de ambos os lados é tomada como uma única e mesma, em vez de consideradas duas unidades separadas de comparação. Fala-se de *entalglements,* quando se está interessado por ideias que viajam, pessoas que migram e comércio internacional; imagens mutuamente criadas do "outro"; fala-se de "mapas mentais", incluindo-se aspectos de poder, subordinação e domínio. As dimensões culturais são centrais para essa abordagem. Europa e partes não europeias do mundo, o Ocidente as civilizações não-ocidentais são os tópicos preferidos de investigação. "Histórias cruzadas" se tornou uma frase chave: *entangled history* ou *histoire croisée*, por exemplo, entre a Alemanha e a França no século XIX, como proposto por Michael Werner, Benedicte Zimmermann e Sandrine Scott.

* * *

Como meu caminho teria sido mais tranquilo, mais cômodo, se tudo isso já existisse, se eu já tivesse acesso, no momento em que decidi estudar a fuga para e a permanência da corte joanina no Brasil. Mas essa bibliografia é nova, não existia em 1991, 1992. O que eu devia fazer? Comparação, eu sabia que não era. Comparar o quê com quê? No contexto do bloqueio napoleônico, a fuga de D. João para fora da Europa foi um evento único. Sua aclamação e coroação em terras tropicais são acontecimentos singulares nos fastos das monarquias europeias. Olhando hoje, pode-se afirmar com tranquilidade que esses conceitos de histórias cruzadas, entrelaçadas, emaranhadas, poderiam ter sido utilmente aplicadas – mesmo dentro de uma perspectiva de World History. Mas quando eu fiz meu projeto e comecei a pesquisa, até quando eu estava escrevendo a tese, nada disso estava disponível. O que eu fiz? Busquei minhas soluções, construí minhas próprias fórmulas teóricas e metodológicas com as ferramentas que eu tinha à mão. O resultado foi minha tese, publicada como *A corte no exílio*.

[26] Robert Young. *Postcolonialism: na historical introduction*. Oxford, 2001.

Minha proposta, neste texto, tem esse duplo escopo. Primeiro, reafirmar que todas essas modalidades de escrita histórica e metodologias que eu mencionei são alienígenas; foram criadas por autores estrangeiros, basicamente por europeus, para resolverem seus próprios problemas: em que o senhorio francês difere do tenure inglês; qual a origem da ditadura e da democracia, segundo o modelo revolucionário francês ou a via prussiana; quais as formas do processo de modernização capitalista na Europa e no resto do mundo; como se escrever essa história "global" (que não é senão uma história do ponto de vista do fim da história?). Como que o processo de modernização conservadora levou ao *Sonderweg* – ou ao "excepcionalismo" alemão? Ou seja, são teorias e metodologias criadas nos centros para responderem questões importantes para quem está no centro – com respostas que satisfazem ao centro. Quando esses autores falam em "**Europa e partes não europeias do mundo"**, **ou "Ocidente e civilizações não-ocidentais",** há ali um eurocentrismo e um etnocentrismo indisfarçáveis. Não temos mais que comprar barato essas coisas.

Em segundo lugar, a chegada e a disseminação do capitalismo e tudo que ele trouxe consigo – formas de vida, de sociabilidade, tecnologia, organização social, exploração do trabalho – e tudo que ele gerou – em termos de resistência, de conflito, de alteração nos *habitus*, nas relações sociais etc, constituem um fenômeno histórico único, espetacular, riquíssimo. Uma história que merece ser contada – e bem contada. Há paralelos na história global, desde o extremo Oriente até a próxima América Latina. Aqui, também, civilizações e formas diversas de ser social se encontraram, entrecruzaram, emaranharam. Mas mais importante, muito mais importante que a ferramenta, a goiva, o formão – são a madeira bruta a ser esculpida e a habilidade do escultor. Deles vão depender o resultado, a obra. As ferramentas ajudam, mas não fazem nada sozinhas. São meio, e não fim. O que vale mesmo, ao final, é a habilidade do artista – é a história vivida e muito bem contada.